



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão dos Assuntos Externos

6.1.2010

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição da Sr.^a Catherine ASHTON, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pela Sr.^a Catherine ASHTON.

O Secretariado

RESPOSTAS DA COMISSÁRIA INDIGITADA

Catherine ASHTON

(Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia)

AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Sou uma europeia convicta que sempre apoiou a União Europeia e que acredita firmemente na importância de uma União eficaz, onde possamos trabalhar e agir em conjunto para fazer face a desafios comuns.

Tenho experiência prática das políticas europeias e do processo de negociação, tanto a nível intergovernamental como através da minha actividade como Comissária responsável pelo Comércio. Enquanto líder da Câmara dos Lordes, consegui fazer aprovar o Tratado de Lisboa nessa câmara. Na qualidade de Ministra da Justiça britânica coube-me presidir o Conselho «Justiça e Assuntos Internos» durante a presidência do Reino Unido em 2005. Como Comissária responsável pelo Comércio teci laços sólidos com parceiros estratégicos como os Estados Unidos e a China e, nesse contexto, co-presidi, com o Vice-Primeiro Ministro Wang Qishan, ao Diálogo Económico e Comercial de Alto Nível UE-China. Acredito numa cooperação a nível global para resolver problemas de carácter global e tenho defendido a liderança da UE tanto no G20 como na OMC. Rubriquei um acordo comercial inovador com a Coreia do Sul, reforcei as nossas parcerias com os países ACP e resolvi diferendos comerciais difíceis, como o diferendo com os Estados Unidos relativo à carne de bovino.

Atribuo grande importância ao princípio da independência dos Comissários inscrito nos Tratados, um elemento indispensável ao funcionamento da Comissão e ao exercício da sua missão. Esta independência permite-nos ouvir diversas posições e opiniões, aprender com elas, para depois agir no interesse europeu comum. Só assim a Comissão pode desempenhar o seu papel de «mediador imparcial» no âmbito da União Europeia, pelo que é extremamente

importante preservar esta tradição de independência.

Evitarei qualquer cargo ou situação que possa pôr em causa a minha independência ou imparcialidade e respeitarei as normas éticas e o Código de Conduta dos Comissários.

Como é do vosso conhecimento, sou membro vitalício da Câmara dos Lordes. Não posso renunciar ao meu título de «Baronesa», pois foi-me concedido a título vitalício. Por inerência, ocupo um lugar na Câmara dos Lordes britânica. Para o período do meu mandato como Comissária, desliguei-me da Câmara dos Lordes e tomei as providências necessárias para assegurar que não existe qualquer conflito entre o meu estatuto de Baronesa e os meus deveres de Comissária. Isto significa que, embora mantendo o meu título, não estarei presente na Câmara dos Lordes, não participarei nas votações, não farei ali discursos nem receberei qualquer forma de remuneração durante o meu mandato.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Desde Outubro de 2008, colaboro estreitamente com os outros Comissários. Acredito firmemente no princípio da colegialidade e na importância de um posicionamento comum. As questões horizontais devem ser abordadas em equipa. Estou disposta a assumir as minhas responsabilidades em estreita colaboração e coordenação com os outros membros da Comissão.

A Comissão tem também responsabilidades importantes em termos de comunicação. Não creio que se trate simplesmente de vender as políticas da UE ao público, mas sim de um processo de diálogo e de debate, no qual as instituições europeias envolvem e consultam os cidadãos europeus. Para além de explicar as questões europeias aos cidadãos, devemos estar atentos às suas preocupações e ter em conta as suas opiniões na elaboração das nossas políticas. Isto pode ser feito directamente ou através do Parlamento Europeu. Na minha qualidade de Comissária apoiarei o objectivo da Comissão de lançar um intenso debate público sobre os objectivos e as políticas da UE, sem esquecer o país que conheço melhor.

Respeitarei e aplicarei integralmente o princípio segundo o qual cada membro da Comissão assume a responsabilidade política pelas acções da sua esfera de competência, sem prejuízo do princípio da colegialidade da Comissão.

No passado, tive oportunidade de me dirigir várias vezes ao Parlamento Europeu, tanto no âmbito do meu trabalho sobre o Tratado de Lisboa como durante o meu mandato como Comissária responsável pelo Comércio. Estou convencida de que é da maior importância política, para efeitos de eficácia e de legitimidade da União Europeia, que os Comissários e todo o Colégio respondam perante o Parlamento Europeu. O Parlamento é a única instituição europeia eleita por sufrágio directo, que goza de plena legitimidade democrática enquanto órgão representativo dos cidadãos da União. A Comissão e o Parlamento devem ambos explicar a política da UE aos nossos cidadãos e assegurar que estamos a trabalhar no seu interesse.

- 3. Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

O Parlamento Europeu desempenhou, e continua a desempenhar, um papel central no desenvolvimento da União Europeia, oferecendo uma visão clara do papel da UE na vida dos europeus e aproximando a União dos seus cidadãos. Os progressos do Tratado de Lisboa contribuirão para consolidar este papel.

Tenciono respeitar e executar plenamente os compromissos da Comissão no âmbito do Acordo-Quadro.

Na prática, o Parlamento Europeu deve poder exercer o seu controlo democrático de forma eficaz, o que significa que tudo deve ser feito para que disponha, em tempo útil, de todas as informações de que necessita para exercer tal controlo. A Comissão deve garantir um tratamento análogo nas suas relações com as diversas instituições.

Comprometo-me a manter o Parlamento plenamente informado no domínio da política externa. O Tratado de Lisboa indica claramente que é meu dever mantê-lo informado e consultá-lo sobre as opções fundamentais que será necessário fazer no domínio da política externa e de segurança comum. Considero que tal dever inclui a obrigação de informar o Parlamento sobre as negociações em curso, bem como sobre as questões/acontecimentos mais importantes e as relações estratégicas. Deve ser encontrada uma solução para o problema do acesso à informação.

Uma colaboração estreita com o Parlamento Europeu implica também participar regularmente nas sessões plenárias e estar disponível para informar, explicar e justificar junto das comissões parlamentares as acções levadas a cabo pela União Europeia.

Pretendo estabelecer uma relação especial com o Parlamento Europeu, que tenciono associar ao processo de elaboração das políticas europeias. Creio ser meu dever ouvir atentamente as preocupações expressas pelo Parlamento e ter devidamente em conta as suas opiniões.

Perguntas relativas às políticas

- 4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?**

A União Europeia deve ser um parceiro internacional responsável e digno de confiança num mundo em rápida evolução. Os acontecimentos do ano passado demonstraram que devemos colaborar e comunicar com os nossos parceiros para superar as dificuldades económicas e

sociais. Os cidadãos da União querem uma Europa mais activa na cena internacional. O Tratado de Lisboa dá-nos a oportunidade de ter uma voz mais forte e mais coesa. O meu principal objectivo para os próximos anos consistirá em reforçar o papel da União Europeia como um protagonista global coerente, competente e estratégico. Para tal, trabalharei em estreita colaboração com os outros Comissários com responsabilidades na área das relações externas.

A minha primeira prioridade será desenvolver o Serviço Europeu para a Acção Externa de forma eficiente e coerente, para que seja o orgulho da União e um motivo de inveja para o resto do mundo. Aproveitarei os talentos que já existem na Comissão Europeia e no Secretariado do Conselho e acolherei de bom grado novos colegas dos nossos 27 Estados-Membros. Precisamos de um serviço equilibrado, que constitua um valor acrescentado para todos os cidadãos da União Europeia e que possa representá-los no mundo exterior.

Em segundo lugar, a União Europeia deve utilizar toda a sua influência nas zonas de crise e de conflito, como o Médio Oriente, os Balcãs, o Irão, o Afeganistão e a África. Proponho-me acompanhar de perto todas as nossas operações, garantir uma utilização eficaz dos recursos disponíveis e assegurar uma abordagem comum. O meu objectivo é conferir uma maior eficácia à cooperação e à utilização dos vários instrumentos de gestão das crises da UE. Já temos um papel de relevo no Cáucaso do Sul. No Médio Oriente, podemos unir esforços com os Estados Unidos no âmbito das actividades do Quarteto. Em África, a União já participa em numerosas acções. A operação Atalanta, por exemplo, é considerada exemplar e poderá servir de base para uma política mais abrangente. É preciso encontrar uma solução para o conflito no Afeganistão e a União está empenhada nesse objectivo, não só através do envio de forças militares, mas também através da formação da polícia e da construção de infra-estruturas sanitárias e agrícolas.

Em terceiro lugar, procurarei reforçar a nossa já sólida cooperação com parceiros estratégicos como os Estados Unidos, a China, a Rússia, a Índia, o Brasil e o Japão. Naturalmente, podemos ter divergências com estes países, mas também podemos incrementar a nossa cooperação para procurar resolver os numerosos problemas que todos enfrentamos. Continuaremos também a desenvolver a política de vizinhança que estabelecemos com os nossos parceiros mais próximos do sul e do leste. Tal não significa negligenciar os outros parceiros da América Latina, da Ásia ou de África - a União Europeia já criou uma rede de relações e acordos bilaterais com países de todo o mundo. Podemos utilizar essa rede, e a nossa participação no sistema multilateral, para promover os nossos valores e os nossos interesses.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

Elaborarei propostas detalhadas para a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), para que o Conselho possa tomar uma decisão até ao final de Abril. Tenciono elaborar, em estreita colaboração com os Comissários competentes, um pacote que inclua não

apenas um projecto de decisão relativa à criação do SEAE, mas também as alterações necessárias ao Regulamento Financeiro e ao Estatuto dos funcionários, bem como um projecto de orçamento rectificativo para 2010, que inclua as alterações relacionadas com a criação deste serviço.

Associarei estreitamente o Parlamento Europeu a este processo, nomeadamente na fase de elaboração das propostas, e aguardo com expectativa a consulta do Parlamento sobre o projecto de decisão.

Como Vice-Presidente da Comissão, participarei na elaboração do novo Quadro Financeiro. Para este exercício, basear-me-ei nos ensinamentos da recente revisão intercalar dos instrumentos de financiamento para as relações externas, visto que os actuais instrumentos expiram em 2013.

A União está envolvida numa série de negociações bilaterais e multilaterais com países como a Ucrânia, a Rússia, a China e a Tailândia, que espero ver concluídas em breve. Na América Latina, o meu objectivo consiste em assinar um acordo a nível sub-regional. Tenciono também encetar um diálogo com o Parlamento Europeu sobre potenciais iniciativas futuras com certos parceiros e o desenvolvimento das relações com os nossos parceiros estratégicos.

Na minha acção não me limitarei a uma estratégia meramente geográfica, na medida em que abordarei também as questões «horizontais» mais importantes. Tendo em conta que o Tratado de Lisboa reforça os compromissos da União Europeia em matéria de direitos humanos, o meu objectivo é aprofundar os nossos valores fundamentais de democracia, Estado de direito e respeito dos direitos humanos. Pretendo ainda reforçar as capacidades de alerta rápido e de prevenção de crises da União Europeia, aproveitando a experiência das ONG e utilizando todos os instrumentos disponíveis para reforçar a participação da União Europeia na luta contra a proliferação química, biológica, radiológica e nuclear.

É minha intenção lançar uma avaliação intercalar da política externa e dos instrumentos da acção externa em áreas fundamentais. Penso utilizar essa avaliação para identificar outras iniciativas específicas, legislativas e não legislativas, que serão necessárias para que a União possa concretizar os seus objectivos.